

Jorge Cunha Pimentel

Tendo realizado um número significativo de projectos num período relativamente curto e em que, tal como nas obras de muitos dos arquitectos da sua geração, “é particularmente sensível a diversidade de maneiras e uma surpreendente versatilidade de linguagens, o caso de Rogério de Azevedo chega a ser perplexante”¹.

Discípulo do arquitecto Marques da Silva, seu professor e em cujo escritório realizou o tirocínio, e com uma carreira marcada pela encomenda privada na cidade do Porto, por obras públicas no norte do país (nomeadamente no distrito de Viana do Castelo, na Póvoa de Varzim e na Vila de Alijó) e por projectos realizados no âmbito do Ministério das Obras Públicas e do SPN/SNI e executadas através da DGEMN, a sua obra caracteriza-se pela recusa da modernidade como único paradigma em que basear a procura formal.

Refiram-se como exemplos de obras que se caracterizaram por uma clara modernidade, o edifício sede do jornal *O Comércio do Porto* – projectado em 1928 e 1930, que traduz um esforço de modernização relativamente ao ecletismo classicizante em que se formara –, a Garagem do jornal *O Comércio do Porto* – contígua ao edifício sede e com projecto de 1930-1932, obra prima do arquitecto e do Movimento Moderno na cidade do Porto, “com um magnífico sentido de massas, uma exploração formal de grande coerência e manifesta força plástica”², nela confrontando tradição e inovação –, e continuada, entre outros, no Edifício “Maurício Rialto” datado de 1941-1945, também no Porto, inovador quer pela sua concepção em altura quer pela relação que estabeleceu então com o espaço público. Todos eles edifícios em zonas centrais na cidade.

Conciliando desejo criativo com officio, “arte e política, classicismo e modernismo, restauro e inovação, provincianismo e internacionalismo”³, o arquitecto, professor, historiador e musicólogo Rogério de Azevedo marcou igualmente a sua obra com a pesquisa de uma linguagem para a arquitectura em que lugar, tradição e história se conjugam, visível nomeadamente nos Projectos-Tipo Regionais para as Escolas Primárias do centro e norte do país (1933-35), nas Pousadas Regionais do SNI (1938-39) ou no Hotel Infante de Sagres (1945), onde o figurino nacionalista surge já como tendo sido assumido.

Se a diversidade de maneiras na obra de Rogério de Azevedo de algum modo o destaca, já o arquitecto Januário Godinho, seu estagiário de 1930 a 33 e por diversas vezes colaborador, era categórico em 1988 ao afirmar, segundo Fernando Lisboa, que essa diversidade “era sinal de talento”⁴, confiante que era nas capacidades instrumentais e de construtor de Rogério de Azevedo, mais do que, segundo Teresa Fonseca, “no exercício gráfico de projecto, em que era directo, imediato (...) e facilitado por um talento inato”⁵.

O Estado Novo desenvolveu numerosos programas de construção de infraestruturas e equipamentos na década de 30. O país, maioritariamente rural e com um baixo desenvolvimento económico, foi objecto de uma política metódica e estruturante de obras públicas levada a cabo pela vontade e poder de Duarte Pacheco, Ministro das Obras

1. Pedro Vieira de Almeida, José Manuel Fernandes – *História da Arte em Portugal, Vol. 14 – A Arquitectura Moderna*. Lisboa: Publicações Alfa, 1986, p. 121.

2. Pedro Vieira de Almeida; Maria Helena Maia – “O ‘arrabalde’ do céu”, in *História da Arte em Portugal, Vol. 14 – A Arquitectura Moderna*. Direcção de Pedro Vieira de Almeida e José Manuel Fernandes. Lisboa: Publicações Alfa, 1986, p. 121.

3. Teresa Fonseca – “Rogério de Azevedo, 1898-1983”, in *Desenho de Arquitectura*. Porto: UP, 1987, p. 54.

4. Fernando Lisboa (*Arquitecturas do Porto, uma análise historiográfica*. Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, Relatório de Estágio, 1989, p. 39) citado por André Tavares – *Dois séculos de arquitectura da Universidade do Porto*. Porto: Dafne Editora, 2012, p. 47.

5. Teresa Fonseca – “Rogério de Azevedo 1898-1983” in *Desenhos de Arquitectura. Património da Escola Superior de Belas Artes do Porto e da Faculdade de arquitectura da Universidade do Porto*. Porto: Universidade do Porto, 1987, pp. 54-55.

Públicas e Comunicações e homem de acção de Salazar.

É assim que os arquitectos mais talentosos e inovadores da sua geração “constroem o novo panorama das obras do regime”⁶ explorando sem constrangimentos linguagens de um modelo internacionalista por eles já experimentadas, apoiados nos novos métodos construtivos, numa aparente adequação do modernismo às expectativas oficiais. Mas a opção pelo moderno nesta geração de arquitectos de embrionária formação modernista, alternando nas suas práticas com o regionalismo ou o eclectismo historicista, não é uma questão ideológica, social ou filosófica. Para eles o moderno é apenas mais um estilo disponível, uma nova maneira de construir integrando uma concepção funcionalista e racionalista da arquitectura⁷. É uma atitude geracional, de formação revivalista e ecléctica, apostados na renovação linguística “sem integrar os princípios ideológicos do movimento moderno internacional”⁸ Por outro lado, a crescente utilização de modelos internacionais na construção de equipamentos públicos modernistas é entendida pelo poder como mais um “estilo”. Um estilo moderado pela monumentalidade e por valores de dignidade integrantes do sentido da obra pública. E a ideia de modernidade associada à de progresso fortalece, nesta fase, a imagem do poder. Rogério de Azevedo não foge às contradições dos seus colegas de geração e também ele projectou alguns equipamentos públicos recorrendo a uma diversidade de linguagens. Disso são exemplo as Câmaras Municipais de Vila Flor (início dos anos 30) e da Póvoa de Lanhoso (1937) ou a Capitania do porto de Viana do Castelo (1933).

Porém muitos dos programas de equipamentos com expressão a nível nacional são desenvolvidos com recurso a projectos-tipo de matriz regionalista. Estas preocupações de índole regionalista não parecem estar vinculadas a uma postura ideológica de quem encomenda, a valores de regresso a uma ruralidade que atravessam o discurso político ou a modelos inspiradores de desenho pretensamente nacionalista, até porque à data ainda não existiam. E o Ministério das Obras Públicas entrega a sua execução a arquitectos modernistas, externos aos seus serviços, contornando deste modo as insuficiências das suas estruturas.

Entre esses programas encontra-se o das Casas Económicas, de 1933. Nele o Estado Novo define a sua política em matéria de habitação social. É uma política inovadora em dois sentidos: primeiro porque opta pela imagem da cidade-jardim inglesa em termos de conceito de cidade; segundo porque institui um novo tipo de vínculo contratual do locatário com a sua habitação. À prestação mensal para a compra de habitação é associado um regime de seguros de protecção social como meio de fixar a população. A intervenção pública na habitação da população urbana de menores rendimentos é concretizada através de habitação social unifamiliar, um modelo anti-colectivista



Fig.1. Bairro de Casas Económicas de P. Margarida Souza Lôbo Howell – “Casas Económicas, Porto, 1940. Arquivo IHRU: SIPA, IPN, PT011312100438, FOTO.0551327.

6. Ana Tostões – “Arquitectura Moderna Portuguesa – o Trés Modos”, in Ana Tostões (coord.) – *Arquitectura Moderna Portuguesa 1920-1970*. Lisboa, IPPAR, 2003, p. 113.

7. João Paulo Martins – “Portuguesismo: nacionalismo e regionalismos na acção da DGEMN. Corto, Portimão, São João da Madeira e Vila Viçosa. Complexidade e algumas contradições na arquitectura”, in *Caminhos do Património*. Lisboa, DGEMN / Livros Horizonte, 1999, p. 121.

8. Ana Tostões – “Arquitectura Moderna Portuguesa – o Trés Modos”, in TOSTÕES, Ana (coord.) – *Arquitectura Moderna Portuguesa 1920-1970*. Lisboa, IPPAR, 2003, p. 110.

Fig. 2. Escola Primária de Lourosa, Oliveira do Hospital. Projecto dos arquitectos Rogério de Azevedo e Baltazar de Castro. Vista axonométrica, 1930. Ass., at.: Rogério Azevedo e Baltazar Castro, arquitectos, 2-8-1930. *Ilustração Moderna*, 5º ano, n.º 46, Agosto de 1930, p. 192.

9. *Casas Económicas*. Lisboa: SPN, 1943, p. 16.
10. Marielle Christine Gros – “Pequena história do alojamento social em Portugal”, in *Sociedade e Território*, n.º 20, Maio 1994, p. 87.

11. *Casas Económicas*. Lisboa: SPN, 1943, p. 17.
12. Trabalharam na elaboração dos projectos-tipo das moradias das várias classes, podendo todas apre-

13. Ana Tostões – “Arquitectura Moderna Portuguesa – o Trés Modos”, in Ana Tostões (coord.) – *Arquitectura Moderna Portuguesa 1920-1970*. Lisboa, IPPAR, 2003, p. 113.
14. Ana Tostões – “Arquitectura Moderna Portuguesa – o Trés Modos”, in TOSTÕES, Ana (coord.) – *Arquitectura Moderna Portuguesa 1920-1970*. Lisboa, IPPAR, 2003, p. 110.

fortalecimento material e moral da família”⁹.

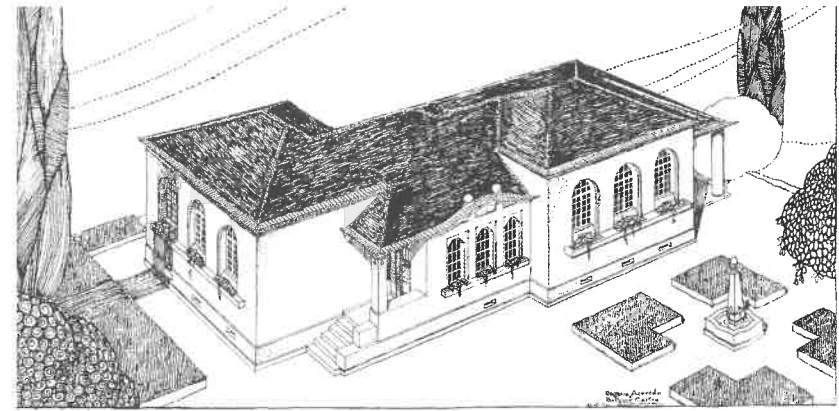
As casas apresentam-se de diferentes classes, destinadas a estratos sociais diferenciados. Só excepcionalmente, a construção de casas de todas as classes num mesmo conjunto residencial, podia ser autorizada. Todavia, “neste caso, o bairro tinha de ser subdividido em sectores distintos, reproduzindo assim, no seu próprio seio, a estratégia de zoning social oficialmente defendida”¹⁰. É com este modelo que se criam pequenos aglomerados na periferia das cidades. Eles definem um espaço urbano diferenciado que aproxima o bairro do modelo da cidade-jardim. Mas, dadas as suas pequenas dimensões, a sua concepção “identifica-se mais com o subúrbio-jardim”¹¹. O tipo de construção tem de ser de “sabor português, caracteristicamente regional, podendo adaptar-se aos sistemas construtivos e materiais de construção das diferentes regiões do País”¹². É seguindo estes preceitos que os Bairros de Casas Económicas, tendo expressão no tecido urbano, se apresentam constituídos por diferentes tipos de moradias com quintal nas traseiras e jardim junto à fachada principal, quebrando-se assim uma ideia de uniformidade¹³.

De início o Estado Novo deu maior ênfase à casa do que ao bairro. No entanto, os agrupamentos de Casas Económicas construídos na década de 30, no Porto, viriam a incluir a edificação de Escolas Primárias tipo Douro, dos projectos-tipo regionalizados de 1935, da autoria de Rogério de Azevedo, após pequenas alterações.

Tal como em todas as obras realizadas pelo Ministério das Obras Públicas, também os Bairros de Casas Económicas foram abundantemente fotografados. Procurava-se não um registo documental mas a obtenção de imagens para publicitar a sua realização através das publicações do Secretariado de Propaganda Nacional. Algum desse trabalho de registo fotográfico nos bairros do Porto coube ao estúdio Photographia Alvão. Mas talvez o caso mais paradigmático dos programas concretizados através de projectos-tipo seja o dos Projectos-tipo Regionalizados de Escolas Primárias Oficiais a construir em série, de 1935.

Entre os projectos com que a Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN) iniciou a sua actividade em 1929 encontram-se as Escolas *Dr. Alfredo de Magalhães* no distrito de Viana do Castelo. Rogério de Azevedo projecta seis dessas escolas. Nelas reflete o conhecimento apurado que detém do património escolar edificado na década de 20 e a preocupação de as integrar localmente e jogar com detalhes de carácter tradicional ou revivalista.

Com a destruição da Escola Primária de Lourosa, motivada pela necessidade de libertar a Igreja de todas as construções anexas¹⁴, é encomendado a Rogério de Azevedo o projecto de uma nova escola.



Este projecto de um edifício escolar de duas salas de aula, vestíbulo, vestiário, sala de professores e átrio coberto, é composto por dois corpos escalonados organizados segundo dois eixos ortogonais, um corpo central de articulação de todos os espaços e recreio coberto na concavidade da composição volumétrica, virá a contaminar ou

ser reutilizado pelo arquitecto com variações noutras escolas primárias que realiza na década de trinta.

Mas a Direcção Geral aprovou ou concretizou projectos expressando conceitos diversos realizados por diferentes autores. Entre eles o arquitecto Jorge Segurado¹⁵ desenvolve uma intensa actividade nas construções escolares, mas sem as preocupações de inserção regionalistas de Rogério de Azevedo.

Nos primeiros anos dessa década o regime procura implantar-se na sociedade rural¹⁶ estabelecendo um regime que remete para as autarquias uma comparticipação nas obras de 50% do seu valor. Muitos dos edifícios escolares são construídos por iniciativa popular, outros doados ou comparticipados por beneméritos¹⁷.

É neste âmbito que Rogério de Azevedo desenvolve, em colaboração com Januário Godinho, o projecto da Escola-Cantina em Alijó (1930). É uma arquitectura construída em granito, robusta e espessa, em diálogo com os materiais e a paisagem transmontana, “volumetricamente caracterizadas a partir da organização da planta”¹⁸.



Desde 1932 que existia na DGEMN uma secção de arquitectura, chefiada pelo arquitecto Guilherme Rebello de Andrade, pronta a realizar novos projectos de Escolas Primárias. Do seu esforço resultou a apresentação de uma *Memória*¹⁹, em 1933, em que são definidos os preceitos a que devem obedecer os edifícios escolares a construir pelo governo. Nessa *Memória* encontram-se algumas regras que anteriormente não tinham sido definidas.

Logo na primeira página surge escrito que os projectos devem ser concebidos ‘de harmonia com as características da arquitectura regional, impostas, não só pela aplicação dos materiais próprios dessas regiões como também pelas variações do clima’. E explícita a ideia: pretende-se a assimilação das novas construções pelo povo, não ferindo ‘a sua sensibilidade étnica’ com elementos exóticos de um “racionalismo” forçado, desprezando a tradição. Por outro lado, entende-se que o tal “racionalismo”, bem compreendido, aproveita os elementos locais, conjugando-os com os novos recursos construtivos.

Na página seguinte são estabelecidas três condições principais para a concepção das plantas:

“1ª - com a planta de uma escola para um lugar escola-unidade, resolver as plantas das restantes escolas;

2ª - conceber essas plantas a poder-se aproveitar todos os terrenos seja qual for a exposição a Norte;

3ª - standardização da construção das escolas, por grupos, mesmo que nesses grupos entrem escolas de diferentes números de lugares.”

Fig. 3. Escola-Cantina de Alijó. Foto da época da construção. Arquivo IHRU: SIPA, IPA nº PT021814080009, FOTO.551915.

15. Jorge de Almeida Segurado (1898-1990) desenvolveu vários projectos de edifícios escolares nomeadamente para a cidade de Estremoz (1932) para a vila de Pombal (1932); projecto-tipo para Escolas Primárias do Concelho de Cascais (1932); edifício para as Escolas do Bairro Social do Apeadeiro do Cego, Lisboa (1932); Escola Central Infância, Henrique, Angra do Heroísmo (1933) entre muitos outros.

16. O Decreto n.º 19.502, de Março de 1931 publicado em 24/3/31), definia a política de *Melhoramentos Rurais*, estipulando um regime para a *Construção, reparação e adaptação de estradas e es* permitindo a atribuição de subsídios do Orçamento Geral do Estado.

17. Este gesto é incentivado pelo Estado que com o apoio aos doadores o direito de indicarem pessoas para a colocação de professores nessas escolas. Decreto n.º 19.531, de 30 de Março de 1931.

18. André Tavares – *Dois obras de Januário Godinho*. Porto: Dafne Editora, 2012, p. 35.

19. Ante-projecto do Plano Geral de Tipos-Regionais de Escolas Primárias Oficiais a Construir em Portugal. Série – Memória. Lisboa, 14 de Dezembro de 1933. Ass. O Arquitecto Chefe da Secção Guilherme Rebello de Andrade. Processo de Expediente-Geral de 1933. DGEMN – Arquivo da DGCE.

O território continental é dividido em seis regiões através das afinidades em recursos de materiais de construção, em mão de obra, em processos de construção e climáticas: Algarve; Alentejo; Estremadura; Beira-Litoral; Beira-Baixa, do Sul; Beira-Baixa, do Norte, Beira-Alta, Minho e Trás-os-Montes.

Enquanto os projectos para os distritos do Sul são entregues a Raul Lino, os distritos do Norte e Centro são da responsabilidade de Rogério de Azevedo.

Tendo por base o projecto desenhado em 1930 para a Escola de Lourosa, ele opta por simplificá-lo partindo da ideia da sala de aula como uma célula espacial, ideia já antes presente e consequentemente utilizada nos projectos de escolas primárias que entretanto tinha realizado. Seguindo uma orientação funcionalista, apresenta uma série de variações do mesmo tipo básico de edifício através da adição na composição de células/salas que se repetem, procurando estabelecer o máximo de standardização. O espaço central da escola é a sala de aula.

Entretanto algumas escolas são construídas em resposta a pedidos atendidos caso a caso. O projecto especial da Escola-Cantina Salazar (1938) é um dos que vê autorizada a sua realização. A escola encontra-se edificada numa zona peri-urbana, implantada a meia encosta, adaptando-se à morfologia do terreno que apresenta um declive acentuado. Construída em granito e apresentando uma planta rectangular, composta e irregular, e uma disposição horizontal das massas, é constituída por volumes e cobertura de telhados diferenciados, arcadas no pátio de recreio coberto e uma relativa ausência de elementos de decoração, oferecendo no entanto dois rostos. Enquanto o alçado principal reflecte, em continuidade, os projectos das escolas-tipo regionais, já o alçado posterior, com algum distanciamento e liberdade criativa em relação a essa imagem, e tirando partido do declive, do espaço de recreio e da disposição das salas de aula, apresenta uma composição quase orgânica, forte e profundamente expressiva na relação entre massas e aberturas.



Fig. 4 Escola-Cantina Salazar. Vimieiro, Santa Comédia. Foto actual. Arquivo IHRU: SIPA, IPA nº PT021814080009, FOTO.4051935.

Rogério de Azevedo tinha criado ao longo da sua obra, e a partir de vários elementos base, “tipos cuja adaptabilidade e flexibilidade de soluções encontram expressão máxima no projecto especial da Escola-Cantina Salazar”, “obra que sintetiza os valores definidos nos projectos-tipo regionalizados que lhe são anteriores”, não deixando também de se referir ao projecto da Escola Primária de Lourosa²⁰.

Com os projectos-tipo regionalizados deu-se início a um processo de depuração dos espaços constitutivos dos edifícios escolares. Até finais dos anos 60 a evolução desses edifícios será feita sem rupturas. Apesar de alterações técnicas e funcionais os projectos apresentarão sempre o mesmo conceito espaço-escola, diluindo-se a linguagem

neles expressa através dum progressivo empobrecimento das soluções implementadas.

Já o programa das Pousadas Regionais, de 1938-39, não sendo um programa de projectos-tipo, tem como condições prévias o regionalismo e a ideia de um modelo de edifício. Uma opção já claramente política e corolário de um percurso de afirmação de valores consentâneo com o espírito das Comemorações Centenárias de 1940²¹.

Com o intuito de transmitir uma imagem de progresso e renovação e, simultaneamente combater a penetração no País de quaisquer ideias perturbadoras e dissolventes da unidade e interesse nacional, o Estado Novo cria em 1933 o Secretariado de Propaganda Nacional (SPN)²².

Liderado por António Ferro, e com o objectivo de mobilizar as artes e as letras para a visualização do regime, contribui para a afirmação dos artistas plásticos e arquitectos modernistas durante a década de trinta. No entanto, os mais inovadores já estavam ligados a intervenções importantes cuja concepção era anterior à criação do SPN.

Com a “grande missão” de “elevar o espírito dos portugueses no conhecimento do que realmente é e vale” – palavras de Salazar no discurso inaugural²³ –, a política do espírito, então criada por António Ferro, desenvolve-se de um modo estruturalmente globalizante e integrador²⁴. Procurando abarcar várias áreas de uma forma multidisciplinar e com o intuito de revelar o país nas suas vertentes cultural e popular, o turismo vai ser usado pelo Estado Novo para lançar a imagem do país no exterior.

Em Outubro de 1933 é inaugurada a exposição itinerante do “Hotel Modelo”, constituída pela apresentação de oito projectos arquitectónicos de hotéis regionais elaborados por oito jovens arquitectos convidados, culminar de uma campanha sobre os problemas do turismo nacional lançada pelo magazine *O Notícias Ilustrado*, dirigido por Leitão de Barros, e com o apoio do Conselho Nacional de Turismo e da CP (Caminhos de Ferro Portugueses) e um programa-regulamento elaborado por Raul Lino. Ter-se-á pretendido fornecer à iniciativa privada modelos de orientação para a edificação de estruturas hoteleiras que tivessem o carácter de grandes pousadas familiares, muito confortáveis, mas destituídas de todo o falso luxo, segundo o princípio regionalista, tanto a nível formal como na vivência dos edifícios, numa tentativa de estabelecer uma pedagogia para os novos empreendimentos no sector, contrariando a tendência para a realização de “falsos e pretensiosos ‘Palaces’”²⁵ construídos fora dos grandes centros urbanos.

Acima de tudo

“importava procurar os motivos arquitectónicos na tradição ou no carácter regional, dando-se preferência ao emprego de materiais da localidade, de forma a garantir o respeito pelos elementos da paisagem, da tradição regional, do pitoresco.”²⁶

Estas preocupações e a influência do seu modelo programático subjacente, assim como da tese *Pouzadas*²⁷ apresentada no I Congresso Nacional de Turismo, em 1936, terão acompanhado António Ferro, sendo a sua presença constante na política para o turismo por ele desenvolvida.

Em 1938 o projecto sectorial de António Ferro começa a ganhar expressão. Para além dos circuitos turísticos historicistas e populares outras redes são consideradas indispensáveis: a dos postos de turismo e as pousadas. É concebido o plano de uma rede de Pousadas Regionais distribuídas pelo país,

“dentro de uma concepção à época inovadora, que aliava um patente dinamismo modernizador – por via do novo conforto e do carácter sistémico/nacional da iniciativa – com um sentido conservador e regionalista que apelava para um ‘regresso ao tradicionalismo’.”²⁸

A uma necessária uniformização da actividade turística, expressão de um país turisticamente “concebido como um grande desenho”, contrariando “o demónio do individualismo” e a acção de “arquitectos e pintores amadores”²⁹, António Ferro associa o conceito de diferença, um país em paralelo e diferente dos outros, enfatizando os recursos de cariz popular, procurando incuti-los nos seus interlocutores – Comissões e Juntas de Turismo tutelados pelas Câmaras Municipais.

1. Daniel Melo – *Salazarismo e Cultura Popular (1933-1958)*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2001, p. 252.

2. António Ferro – *Turismo, Fonte de Riqueza e de Poesia*. Lisboa: Edições SNI, 1949, p. 36.

3. Paulo Pina – *Portugal. O Turismo no Século XX*. Lisboa: Lucidus Publicações, 1988, p. 151.

4. Miguel Simões Jacobetty Rosa (1901-1970) – foi um dos mais próximos colaboradores de Duarte acheco.

5. Janeiro Godinho terá colaborado com Rogério de Azevedo no desenvolvimento destes projectos, de acordo com a versão corrigida, e firmada por Janeiro Godinho a 15-7-1988, do trabalho académico

21. Comemorações do Duplo Centenário da Fundação (1140) e da Restauração (1640) de Portugal, realizado na FAUP pelos alunos António Neves, Fernando Lisboa, Paulo Cortez e Vítor Seabra, do qual Rogério de Azevedo. Espólio de Janeiro Godinho, Turismo (SNI).

22. Remodelado em 1944, passa a intitular-se Secretariado Nacional da Informação, Cultura Popular e Turismo (SNI).

23. Margarida Acciaiuoli – *Exposições do Estado Novo 1934-1940*. Lisboa: Livros Horizonte, 1999, p. 14.

24. Artur Portela – *Salazarismo e Artes Plásticas*. Lisboa: ICAALP, 1982, p. 59.

25. António Ferro – *Turismo, Fonte de Riqueza e de Poesia*. Lisboa: Edições SNI, 1949, p. 48.

26. João Paulo Martins – “Portuguesismo: nacionalismos e regionalismos na acção da DGEMN.” *Revista de Azevedo*. Porto, 15 de Fevereiro de 1939. Pousa-plexidade e algumas contradições na arquitetura. Processo Geral. IHUR: SIPA.

27. “Pouzadas”. Tese apresentada por Francisca antiga pensão reconvertida.

Lima. I Congresso Nacional de Turismo, IV Setor. António Ferro – *Turismo, Fonte de Riqueza e de Lisboa*, 1936. Tratava-se do estudo para a criação de

um novo tipo de equipamento turístico, mais simples e económico, pensado para a grande massa, que o projecto de Vera Leroi é nem o ‘Palace’ nem o ‘Hotel’ e deve ter sem Ane-Marie Jauss, inaug. 19 de Abril de 1942; Pousa-cunho nacional e regionalista, quer na sua constada de São Gonçalo, Serra do Marão/Amarante – quer no seu mobiliário. É uma abordagem do projecto de Rogério de Azevedo, 1939, decoração de da expressa n’*O Notícias Ilustrado* e da exposição de Luís Brandão de Carvalho, inaug. 29 de Agosto

“Hotel Modelo”, quer em aspectos como a localização (1942; Pousada de Santo António, Serém (Vale do ção, quer no tipo de construção ou nas instalações) – projecto de Rogério de Azevedo, 1939, de-quer no mobiliário, no tipo de refeição e na expressão de Carlos Botelho, inaug. 24 de Setembro ção. A inspiração para o conceito e para o projecto de 1942; Pousada de São Martinho, Alfeizerão/São do novo equipamento vem dos congéneres do

Porto – projecto de Veloso Reis Camelo, e, principalmente, do *Albergue de Carretera* de 1939, decoração de Veloso Reis Camelo, inaug. 25 de nhóis – pequenos hotéis refúgio direccionados para o projecto de Miguel Jacobetty Rosa, camente por todo o território espanhol dividido

Porto – projecto de Veloso Reis Camelo, e, principalmente, do *Albergue de Carretera* de 1939, decoração de Vera Leroi e Ane-Marie Jauss, várias etapas os percursos entre as principais cidades

Porto – projecto de Veloso Reis Camelo, e, principalmente, do *Albergue de Carretera* de 1939, decoração de Vera Leroi e Ane-Marie Obras de raiz e em monumentos”, in *Caminhos do Património*, DGEMN 1929-1999. Lisboa: DGEMN, inaug. 10 de Fevereiro de 1945; Pousada de 1999, p. 159.

Porto – projecto de Veloso Reis Camelo, e, principalmente, do *Albergue de Carretera* de 1939, decoração de Vera Lourenço, Serra da Estrela/Manteigas – projecto Rogério de Azevedo, 1939, decoração de Maria

Porto – projecto de Veloso Reis Camelo, e, principalmente, do *Albergue de Carretera* de 1939, decoração de Vera Poesia. Lisboa: Edições SNI, 1949, pp. 40-41.

29. António Ferro – *Turismo, Fonte de Riqueza e de Poesia*. Lisboa: Edições SNI, 1949, pp. 40-41.

Estes diferentes aspectos encontram-se sintetizados na campanha da *reaportuguesamento de Portugal* inspirado “no ideário integralista do ruralismo mítico, saudoso das origens campesinas, e que foi aplicado pela encenação regionalista do Estado Novo”³⁰, num processo de transmutação da imagem do país, dando

“unidade a todos estes países diferentes dentro do mesmo país, uma vida puramente nacional, dum alto pitoresco, em cores fortes e sólidas, e, acima de tudo, um povo admirável, aristocrata por instinto, que pode às vezes não saber ler mas que sente e entende como poucos.”³¹

Salazar tinha dado o mote como refere Paulo Pina:

“Nem sei em que o trabalho de *reaportuguesamento* das nossas instituições sociais e políticas, e o culto das boas, sãs, fecundas tradições nacionais, tão próprias para nos darem originalidade e carácter, hão-de levantar dificuldades de monta e não ser preferidos à cópia servil de quanto se pensa e faz em país estrangeiro, inspirador máximo da nossa actividade desde há muito tempo. Além do mais este esforço é homenagem ao espírito criador da raça lusitana e ao seu poder de iniciativa, que será fecundo se o trabalho persistente da descoberta *interior* não ceder o passo à preguiçosa imitação de estranhas criações.”³²

Quebrava-se definitivamente com o aparente *espírito* de abertura dos primeiros anos do SPN em que a necessidade de fazer obra tinha permitido experiências nas linguagens utilizadas.

Os projectos das pousadas a serem construídas pela DGEMN em 1939 e 1940, são entregues ainda em 1938 a três dos arquitectos da geração modernista que já tinham demonstrado capacidade de diálogo com valores tradicionalistas: a Miguel Jacobetty Rosa³³ são encomendadas as pousadas do Sul do país (Santa Luzia em Elvas; Santiago em Santiago do Cacém; São Brás em São Brás de Alportel); a Rogério de Azevedo são entregues as pousadas do Norte (São Gonçalo na Serra do Marão; Santo António em Serém, Vale do Vouga; São Lourenço na Serra da Estrela)³⁴. A pousada do centro do país (São Martinho em Alfeizerão, S. Martinho do Porto) é entregue a Veloso Reis Camelo³⁵.

As suas localizações são pensadas como uma estratégia de intervenção no território. Têm por objectivo dotar o país de modernas estruturas hoteleiras e procuram responder às necessidades actuando objectivamente sobre o território nacional, “construindo uma estrutura coerente e racional”³⁶.

Rogério de Azevedo poderá ter tido um papel importante na escolha das localizações exactas das pousadas por ele projectadas e assume claramente o recurso aos materiais extraídos dos próprios locais de construção³⁷.

Com um programa e orientação fixados à DGEMN pelo Governo, ou seja por Duarte Pacheco, o plano para a construção de sete Pousadas de Turismo Regionais vai-se concretizando ao longo de nove anos com as sucessivas conclusões das construções e consequentes entregas à tutela do SPN, entidade a quem compete a exploração, inspecção e adjudicação a concessionários privados.

Em 1942 era inaugurada a primeira de sete pousadas construídas de raiz: a Pousada de Santa Luzia, em Elvas³⁸. A primeira de sete pequenos hotéis que não se devem parecer com hotéis, com os interiores arranjados pelos Serviços de Turismo e técnicos do SPN, e onde os hóspedes se devem sentir “constantemente” na região onde se encontram, sem quebra da “continuidade entre o interior e o exterior, entre a casa e o campo”³⁹. E as inaugurações vão-se sucedendo até 1948⁴⁰.

Das sete pousadas, todas projectadas ao mesmo tempo e com construções iniciadas na mesma altura, excepção feita à de Santiago do Cacém, a penúltima a ser inaugurada, podemos destacar do conjunto dos edifícios os de Elvas e do Marão. São edifícios que apresentam claramente uma ideia que os afasta da casa simples, da escala doméstica da habitação quer pelo modo como neles foi interpretado o programa, quer pelas suas composições formais, quer pelo modo como foram implantados no terreno.



Fig. 5 Pousada de São Gonçalo, Serra do Marão. Imagem de arquivo <http://restosdecoleccion.blogspot.pt/2012/01/primeiras-pousadas-de-portugal.html>, de Maio de 2012, 18h00.

No Marão, tal como na da Serra da Estrela, a par de uma organização mais compacta do espaço há um aproveitamento hábil de toda a capacidade da construção, valor comum aos projectos de Rogério de Azevedo que “permite prescindir de uma monumentalização em pequena escala”⁴¹ e, simultaneamente, reforça a abertura dos espaços interiores para a paisagem.

Quanto aos restantes edifícios verifica-se que os das Pousadas de Santo António de Serém e de S. Brás de Alportel são aqueles que mais se aproximam da ideia de um tipo em comum, próximo da escala doméstica. Já o edifício da Pousada de São Lourenço, pelo seu aspecto depurado, compacto e com um forte embasamento, quebra essa possível identidade e o da Pousada de Santiago do Cacém que, apresentando também um embasamento, é marcado por uma forte axialidade. O edifício da Pousada de São Martinho do Porto é o que mais se aproxima da ideia de um bloco de habitação sem relação com o terreno. Corrigir espaço entre linhas



Fig. 6 Pousada de São Lourenço, Serra da Estrela. Imagem de arquivo <http://restosdecoleccion.blogspot.pt/2012/01/Primeiras-pousadas-de-portugal.html>, 21 de Maio de 2012, 18h00.

mente muito diversos, que revelam “esquemas conceptuais que antecedem partidos formais”⁴², designadamente o reconhecimento/*escolha* do lugar como ponto de partida para a definição de uma estratégia, com a escala de uma habitação particular ou de um pequeno hotel, jogando com a “distribuição programática dos pisos”⁴³ e com a sala de jantar panorâmica, compostos de volumetrias puras articuladas, cilíndricas e

prismáticas, de referência modernista, escamoteadas sob o peso dos telhados e beirais, das arcadas, dos alpendres e das pérgulas, revestida a pedra ou reboco caiado, ao sabor das regiões, numa síntese ordenada e coerente de sistemas construtivos e sugestões formais de diversas origens.

Com a publicação pelo SNI do livro *Turismo, Fonte de Riqueza e de Poesia*⁴⁴, recolha de discursos de António Ferro realizados entre 19 de Novembro de 1939 e 11 de Outubro de 1948, e do livro/roteiro *Pousadas do S.N.I.* em 1949, com fotografias de João Martins⁴⁵ – verdadeiras montras do realizado, do seu ideário subjacente e de antevisão do futuro –, fecha-se um ciclo da política do espírito referente ao turismo em Portugal e encerra-se, igualmente, a deriva de Rogério de Azevedo com preocupações de inserção regionalista.

41. Annette Becker, Ana Tostões, Wilfried W. (orgs.) – *Arquitectura do Século XX. Portugal 1920-1970*. Lisboa: IPPAR, 2004, p. 100.
 42. António Ferro – *Turismo, Fonte de Riqueza e de Poesia*. Lisboa: Edições SNI, 1949.
 43. André Tavares – *Duas obras de João Martins*. Porto: Dafne Editora, 2012, p. 49.
 44. Susana Lobo – “1942-1970. 60 Anos de Pousadas”, in Ana Tostões (coord.) – *Arquitectura Moderna Portuguesa 1920-1970*. Lisboa: IPPAR, 2004, p. 100.
 45. Emília Tavares – *A fotografia ideológica de João Martins (1898-1971)*. Porto: Mimesis, 2002, p. 52.